



# Anais da Assembléia

N.108

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE OUTUBRO DE 1986

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 92.<sup>o</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 1. DE OUTUBRO DE 1986.  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Dirceu Manfrinato, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Naccli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto Oliveira, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado e Tuguio Setogutte (36). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezi, Quielse Crisóstomo, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (22).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Estão em votação as atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1. Secretário que procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. FUAD NACCLI - (Pela Ordem) Eu gostaria de saber desta Mesa, quantos Senhores Deputados, constantes da ata, estavam presentes na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) 32 Senhores Deputados estavam presentes na Casa, porém, responderam e votaram a ata, apenas 12 Senhores Deputados, o que não deu "quorum" para a votação e nem para prosseguimento da sessão.

O SR. FUAD NACCLI - Obrigado.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

26 Senhores Deputados responderam a chamada nominal dos Senhores Deputados. Em votação as atas. Aprovadas.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 136/86

Curitiba, 29 de setembro de 1986.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer prazo unificado para prestação de contas de entidades públicas estaduais.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, decorre de proposição formulada pela Presidência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, através do Ofício n. 784/86, datado de 22 de agosto do corrente ano, cujo inteiro teor é anexo por cópia autêntica.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI 233/86

Art. 1.<sup>o</sup> - Os administradores das empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, fundações, fundos e de

Órgãos de regime especial do Estado, prestarão contas, anualmente, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2.º - O processo de Prestação de Contas anual será encaminhado ao Tribunal de Contas até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao das referidas contas.

Art. 3.º - O não encaminhamento da prestação de contas no prazo legal importará em responsabilização do administrador.

Art. 4.º - As entidades assinaladas no art. 1.º ajustarão, dentro de 60 dias, seus regulamentos, regimentos e estatutos às disposições desta lei.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

Of. n. 784/86

Curitiba, em 22 de agosto de 1986.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação, projeto de lei que intenta estabelecer prazo unificado para a prestação de contas de órgãos e entidades públicas estaduais, acompanhado da justificativa correspondente.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração.

(a) OLIVIR GABARDO  
Presidente

PROJETO DE LEI QUE ESTABELECE PRAZO  
PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE  
ENTIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS

JUSTIFICATIVA:

Em decorrência de disposição constitucional e legal, todo o gestor de bens e valores públicos deve prestar contas ao Tribunal de Contas, dentro de prazos estabelecidos pela legislação pertinente.

No entanto, dada a diversidade de objetivos institucionais dos órgãos e entidades da administração estadual, que estão sob a jurisdição fiscalizadora do Tribunal de Contas, não há uniformidade quanto a data limite para o encaminhamento das contas respectivas.

Desta maneira, as leis de criação de fundações estaduais, autarquias, órgãos de regime especial, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista, estabelecem prazos díspares, alguns deles com exigüidade de tempo que até inviabiliza o seu cumprimento.

Os órgãos autárquicos, especificamente, estão prestando as contas do exercício anterior, em 30 de junho do ano subsequente, com base no parágrafo único do artigo 1.º da Lei Estadual n. 4689, de 04 de fevereiro de 1963.

Trata-se de prazo excessivamente elás-

tico, em se considerando que o exercício financeiro é encerrado em 31 de dezembro.

De outro lado, as empresas públicas e sociedades de economia mista, subordinadas à Lei Federal n. 6404, de 15.12.76, não possuem prazo expresso em lei, para prestação de contas ao Tribunal. Atualmente, ela é feita até 31 de março de cada ano, em função de exigência do Provimento n. 1/75, de 02 de dezembro de 1975, desta Casa.

Exposta a questão, em que fica caracterizada a falta de uniformidade nos prazos de prestação de contas dos órgãos e entidades do Poder Público Estadual, pretende o Tribunal de Contas, abalizar melhor a questão, com a definição de data única para o encaminhamento das contas, que recairá no dia 30 de abril de cada ano, conforme prevê o anexo projeto de lei.

Esse prazo atende convenientemente aos interesses do Tribunal e de todos os órgãos referidos, ao tempo em que permite sentido de maior objetividade ao planejamento auditorial desta Corte.

Curitiba, em 21 de agosto de 1986.

(a) OLIVIR GABARDO  
Presidente

MENSAGEM N. 137/86

Curitiba, 30 de setembro de 1986.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Excelentíssimos Senhores Deputados.

Tenho a honra de apresentar a elevada apreciação dos membros dessa Egrégia Assembleia Legislativa, atendendo o disposto no artigo 47, da Constituição Estadual, o anteprojeto de lei referente ao Orçamento Programa e a atualização do Orçamento Plurianual de investimentos para o exercício de 1987.

Metodologicamente, a presente proposta orçamentária está de acordo com a Lei n. 4.320 de 17 de março de 1964 e demais legislações vigentes.

As informações a seguir, apresentam as previsões de receita para o exercício de 1987, composta de recursos arrecadados pelo Tesouro Geral do Estado, denominados de recolhimento centralizado e pelas empresas públicas, fundações, autarquias e órgãos de regime especial, exceto as sociedades de economia mista, denominados de recolhimento descentralizado.

RECEITAS

Cz\$ 1,00

I- De Recolhimento  
Centralizado  
. Receitas

24.547.000.000

Correntes	15.353.208.141
. Receitas de Capital	9.193.791.859
II-De Recolhimento	
Descentralizado	2.571.810.908
. Receitas	
Correntes	1.927.658.060
. Receitas de Capital	644.152.848
III- TOTAL	27.118.810.908
. Receitas	17.280.866.201
. Receitas de Capital	9.837.944.707

Do total da Receita de Recolhimento Centralizado, 56,9% são provenientes de Receitas Tributárias, das quais o ICM com uma previsão de Cz\$ 13.320.000.000,00 representa 95,3%.

Com relação à Receita de Recolhimento Descentralizado a mais significativa é a oriunda de serviços prestados pelas entidades da administração indireta.

Os recursos previstos para o exercício de 1987, distribuídos entre projetos e atividades, foram alocados segundo critérios técnicos e políticos, de modo a atingir os objetivos fixados pelo Governo, e distribuídos segundo as categorias econômicas e fontes de recursos, conforme segue:

## DESPESAS

Cz\$ 1,00

I- Com Recursos de Recolhimento	
Centralizado	24.547.000.000
. Despesas	
Correntes	13.125.287.834
. Despesas de Capital	11.421.721.166
II- Com Recursos de Recolhimento	
Descentralizado	2.571.810.908
. Despesas	
Correntes	1.776.641.163
. Despesas de Capital	795.169.745
III- TOTAL	27.118.810.908
. Despesas	
Correntes	14.901.928.997
. Despesas de Capital	12.216.881.911

Nas estimativas de receita e despesa para 1987, não foi embutida nenhuma expectativa inflacionária, a hipótese foi de que a inflação será zero.

Nos anexos integrantes deste anteprojeto de lei, Vossas Excelências, podem to-

mar conhecimento das aplicações de cada um dos órgãos da Administração Pública, assim como através da exposição justificativa, ter uma visão retrospectiva da situação econômica e financeira do Estado.

Através de anexo especial denominado "ATUALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS" são detalhadas as aplicações programadas em despesas de capital incluindo, também as despesas das sociedades de economia mista que no global totalizam um valor de Cz\$ 43.255.356.136,00 (quarenta e três bilhões, duzentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, cento e trinta e seis cruzados).

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

## ANTEPROJETO DE LEI N. 232/86

Art. 1º - O Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1987, discriminado pelos anexos integrantes desta lei, e elaborado de acordo com a Seção V, do Capítulo III, do Título I, da Emenda Constitucional n. 83, do Estado do Paraná, estima a receita em Cz\$ 27.118.810.908,00 (vinte e sete bilhões, cento e dezoito milhões, oitocentos e dez mil e novecentos e oito cruzados), e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes no anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

Em Cz\$ 1,00

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO	
CENTRALIZADO .....	24.547.000.000
1.1. RECEITAS	
CORRENTES	15.353.208.141
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.974.524.000
RECEITA PATRIMONIAL	278.570.000
RECEITA AGROPECUÁRIA	642.000
RECEITA INDUSTRIAL	440.000
RECEITA DE SERVIÇOS	355.000
TRANSFERÊNCIAS	
CORRENTES	967.514.141
OUTRAS RECEITAS	
CORRENTES	131.163.000

1.2. RECEITAS DE

CAPITAL	9.193.791.859
OPERAÇÕES DE	
CRÉDITO	7.875.609.000
ALIENAÇÃO DE	
BENS	12.000
AMORTIZAÇÃO DE	
EMPRÉSTIMOS	6.100.000
TRANSFERÊNCIAS	
DE CAPITAL	1.312.070,859

2. RECEITAS DE RECOLHIMENTO	
DESCENTRALIZADO (exclusive	
Transferências	
do Tesouro).....	2.571.810.908
2.1. RECEITAS	
CORRENTES	1.927.658.060
2.2. RECEITAS DE	
CAPITAL	644.152.848
3. TOTAL DA RECEITA	27.118.810.908

Art. 3.<sup>o</sup> - A despesa será realizada segundo as discriminações constantes dos demonstrativos que integram esta lei e dos anexos II, III e IV que a acompanham, os quais apresentam o seu detalhamento por funções, programas, subprogramas, órgãos, unidades, projetos, atividades e categorias econômicas.

Art. 4.<sup>o</sup> - O Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e a realizar operações de crédito por antecipação da receita, mediante a emissão de títulos da dívida pública e empréstimos bancários, de acordo com o Artigo 37, da Emenda Constitucional n. 03, do Estado do Paraná e Resoluções do Senado Federal.

Art. 5.<sup>o</sup> - As autarquias, empresas públicas, fundações, instituídas pelo Estado e os órgãos de regime especial terão, na forma da lei, os seus orçamentos próprios aprovados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" da Assembleia Legislativa.

§ 1.<sup>o</sup> - A receita destas entidades será constituída pelas rendas próprias, transferências e outras receitas correntes e de capital e a despesa será classificada de acordo com a discriminação adotada para o Orçamento Geral do Estado.

§ 2.<sup>o</sup> - Acatadas as disposições dos artigos 40 a 46, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares nos orçamentos próprios das entidades referenciadas no "caput" deste artigo, tendo como limite 30% (trinta por cento) do valor estimado no artigo 2.º desta lei, a título de Receita de Recolhimento Des-

centralizado.

§ 3. - Os orçamentos próprios de que trata este Artigo, acatadas as disposições do artigo 43, parágrafo 1.º Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, poderão ser ajustados, nas seguintes condições:

I - Por Resolução do Secretário do Planejamento quando o ajustamento não implicar em alterações nos totais de despesas correntes e de capital fixadas no orçamento da entidade e quando não acarretar aumento ou redução no total de despesas à conta de recursos do Tesouro Estadual.

II- Por Decreto do Governador nos demais casos.

§ 4. - Os ajustamentos decorrentes de transposição de parcelas das dotações que integram o orçamento próprio das Entidades da Administração Indireta, bem como o "superavit financeiro", apurado em Balanço Patrimonial, não serão computados para efeito do limite fixado no parágrafo 2.<sup>o</sup> deste artigo.

§ 5. - Os acréscimos e reduções de recursos oriundos das Receitas de Recolhimento Centralizado nos orçamentos próprios das Entidades da Administração Indireta, serão regidos nos termos do artigo 8.<sup>o</sup> e seus parágrafos, desta lei.

Art. 6.<sup>o</sup> - O Balanço Geral do Estado deverá atender às exigências da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, e demais normas federais atinentes à matéria e a execução orçamentária obedecerá as disposições da Lei Estadual n. 6636, de 29 de novembro de 1974, e no que couber, do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, com as alterações impostas pelos Decretos-Lei 900, de 29 de setembro de 1969 e 1.763, de 16 de janeiro de 1980.

Parágrafo Único - Acatada a legislação federal vigente, o Poder Executivo baixará normas complementares pertinentes à execução do orçamento aprovado nos termos desta Lei.

Art. 7.<sup>o</sup> - O Poder Executivo fica autorizado a proceder a centralização: de até 90% (noventa por cento) das dotações de reparos, adaptações, substituições, recuperações e conservação de bens imóveis, material de consumo, equipamentos e material permanente, 100% (cem por cento) das destinadas a aquisição de terminais telefônicos das diversas unidades da Administração Direta do Poder Executivo e 50% (cinquenta por cento) dos recursos alocados no elemento de despesa 4.2.8.0. da Administração Geral do Estado- Recursos sob Supervisão da Secretaria das Finanças - AGE/SEFI, para atender ao pagamento de depósito compulsório sobre aquisição de veículos, no orçamento da Secretaria de Estado da Administração, com base nos Artigos 63 à 66 da Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974, que deverão ser individualizadas

por projetos e atividades nos Quadros de Detalhamento de Despesa e controladas ao mesmo nível no órgão centralizador.

Parágrafo Único - Ao final do exercício o Departamento Estadual de Administração de Material apresentará demonstrativos das despesas por ele executadas em cada projeto, atividade, especificando os respectivos elementos de despesa e saldos revertidos para seu fundo rotativo, integrando a detalhamento o balanço da Entidade.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento), do valor estimado no Artigo 2º desta lei a título de Receitas de Recolhimento Centralizado, servindo como recursos quaisquer das formas definidas no Parágrafo 1º artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º - Serão suplementados pelo valor do excesso de arrecadação sobre a previsão orçamentária, nos termos do artigo 43, parágrafos 3º e 4º da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos orçamentários que corresponderem à aplicação do produto de receitas vinculadas, inclusive as decorrentes de atividades industriais, agropecuárias, de prestação de serviços e de comercialização de bens.

§ 2º - Fica, também autorizada e não será computada para efeito do limite fixado no "caput" deste artigo, a abertura de créditos suplementares com a indicação de recursos resultantes de:

I - Anulação de dotações alocadas em Reserva de Contingência;

II - Superávit Financeiro do Tesouro Estadual;

III - Excesso de Arrecadação de receitas do Tesouro Estadual nos casos em que a lei determina a sua vinculação a órgãos, unidades, programas e fundos;

IV - A anulação de dotações para complementar o disposto no Artigo 7º desta Lei, bem como seus ajustes posteriores;

V - Ajustamento de dotações em um mesmo órgão, desde que não se alterem o montante das categorias econômicas;

VI - Ajustamento de recursos alocados em programas integrados, desenvolvidos pelos diversos órgãos do Estado.

Art. 9º - A fim de manter atualizado os custos orçamentários de projetos e atividades, fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por Decreto do Governador, a compensação, conversão, substituição ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios, que custeiam os programas de trabalho da Administração Direta e Indireta do Estado.

Art. 10 - Em conformidade com os parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei n.7.964, de 27 de novembro de 1984, os valores consig-

nados para despesa de capital no Orçamento Plurianual de Investimentos do exercício de 1987, ficam atualizados pelos demonstrativos que integram o anexo V da presente lei.

Parágrafo Único - Os recursos para o financiamento das despesas de capital em 1987, inclusive os de arrecadação direta pelas sociedades de economia mista, totalizam Cz\$ 43.255.356.136,00 (quarenta e três bilhões, duzentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, cento e trinta e seis cruzados), com a seguinte composição:

	Cz\$ 1,00
1- RECURSOS DO TESOURE	Cz\$ 11.411.712.166
RECURSOS ORDINÁRIOS	Cz\$ 7.399.447.526
RECURSOS VINCULADOS	Cz\$ 4.012.264.640
2- RECURSOS DE OUTRAS FONTES	
	Cz\$ 31.843.643.970
Autarquias, Fundações, Empresas	
Públicas e Órgãos de Regime	
Especial	Cz\$ 795.169.745
Sociedades de Economia Mista	
e Autarquia Interestadual	
	Cz\$ 31.048.474.225
3- TOTAL	Cz\$ 43.255.356.136

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 223/86, oriundo da Mensagem Governamental n.128/86, de 22 de setembro de 1986.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 223/86, de 22 de setembro de 1986, que atribui vencimentos do símbolo DAS-3 aos cargos em Comissão de Diretor da Biblioteca Pública do Paraná, Departamento Estadual de Administração de Material, Departamento de Transporte Oficial, Departamento de Arquivo e Microfilmagem, Departamento Estadual de Estatística e Colégio Estadual do Paraná, órgãos de regime especial do Estado, criando também os cargos em comissão que especifica, na Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba e na Secretaria de Estado da Justiça.

Sala das Sessões, em 01/10/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a retirada, por cinco sessões, do Projeto de Lei n. 89/81, que cria o município de Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 01/10/86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na cidade de Cascavel, do Senhor OSWALDO DALL'OGGIO, vítima de acidente automobilístico.

REQUER, ainda, seja encaminhada à família enlutada cópia do presente, na Rua São Luiz, 800, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

Toda a sociedade de Cascavel e da região Oeste do Paraná se cobriu de luto com o inesperado falecimento do Senhor Oswaldo Dall'Oglio, vítima de trágico acidente automobilístico.

O extinto, cabeça de tradicional família, era pessoa que sempre gozou de larga estima e que conseguiu alcançar posição de maior relevo, graças ao trabalho e ao pioneirismo de sua atuação no campo empresarial, quer no ramo comercial, quer no industrial ou agrícola. Proprietário de conhecida firma voltada para a comercialização de implementos agrícolas e com filiais em quase todos os municípios da região, Oswaldo Dall'Oglio, além de proporcionar centenas de empregos a seus inúmeros colaboradores, ainda emprestou, com seu arrojo e dinamismo, decidida colaboração ao desenvolvimento da agricultura no Oeste Paranaense.

Por tudo isso, a comunidade cascavelense sentiu profundamente o inesperado desaparecimento desse grande empresário e cidadão, cuja ausência deixa um grande vazio no meio empresarial da cidade e da região. E ao sentimento de tristeza e pesar de todos, queremos também nos unir, com nossa solidariedade a seus familiares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Senhor ANTÔNIO

PUFF, ocorrido no dia 22 de setembro do corrente, na cidade de General Carneiro.

O extinto era taxista, nosso grande amigo e companheiro de lutas peemedebistas.

O trágico passamento do Sr. Antônio veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo seu círculo de amigos e colegas de trabalho.

Deixando viúva a Sra. CLEUSA REGINA PUFF, e os filhos ANTÔNIO RICARDO e CÁSSIA FERNANDA, desaparece aos 39 anos de idade.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Galhardo, ocorrido na municipalidade de Fênix.

O falecimento do Senhor Antônio Galhardo significa uma perda irreparável, não apenas e tão somente para a família e parentes, mas para a comunidade que, desde o ano de 1975 passou a conviver com ele, quando chegara, estabelecendo-se em Fênix.

Ao longo de todo este tempo, sua participação frente às iniciativas voltadas para o engrandecimento daquela rica região foram sempre de fundamental importância. Como nas atividades religiosas, presidindo recentemente a Comissão da Igreja Católica, difundindo a fé e orientando os fiéis. No âmbito da política, era membro do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, cuja atuação voltou-se sempre na busca da melhoria das condições do bem-estar social.

Por isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em que pese o momento de dor, não poderia, neste momento, deixar de manifestar nossa tristeza com o falecimento do Senhor Antônio Galhardo, cujas lições serão por certo lembradas como homem dedicado às causas religiosas e sociais, honesto e exemplo como pai de família e amigo.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos às Secretárias deste Poder, bem como às

Secretárias em geral, pelo transcurso do "DIA NACIONAL DA SECRETARIA", ocorrido ontem, dia 30 de setembro.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado em Ata dos trabalhos da sessão plenária de hoje, um voto de aplauso ao PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense), através de sua Presidente, Dona Tina Ferraz de Campos, pela promoção da campanha de "COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A CRIANÇA", encetada por aquele Órgão e lançada oficialmente, na data de ontem.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) ACIR MEZZADRI

#### JUSTIFICATIVA:

No ano de 1985, a violência e os maus tratos mataram, no Brasil, tantas crianças quanto a leucemia.

A constatação do aumento da violência contra as crianças levou o PROVOPAR à promoção de campanha com vista à mobilização da comunidade paranaense em torno do problema. Tal campanha envolverá, ainda, todos os segmentos da sociedade e terá a concentração de suas ações em todo o Estado, no período de 7 a 12 de outubro.

Objetiva, também, a conscientização das famílias face a uma situação de maus tratos às crianças, que já se tornou lugar comum em muitos lares, não só em famílias de baixa renda, mas em todas as faixas.

Uma ação de tal envergadura e de tão grande alcance social é merecedora de todo nosso apoio e atenções, devendo ter como extensão o fortalecimento de entidades de proteção dos direitos da criança.

As razões expostas impelem-nos a formular o presente voto, como expressão de solidariedade e reconhecimento ao PROVOPAR e, para o qual solicitamos o devido apoioamento dos nobres Pares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de aplauso pela passagem do "Dia do Vereador", comemorado na data de hoje.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de

expediente ao Excelentíssimo Sr. Airton Reis, MD. Secretário do Estado do Interior, solicitando-lhe gestionar com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a complementação de linhas de energia no Jardim Paranaense, situado no Bairro Alto Boqueirão, nesta Capital, pois há tempo a população daquela comunidade vem solicitando às autoridades a realização deste benefício, de ordem prioritária, e que nada de concreto ainda se realizou pela população ali existente, estando, inclusive, vários pontos sem terminal elétrico.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido este douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Jesus Sarrão, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando-lhe especial atenção em verificar a possibilidade de instalação de um Módulo da Polícia Militar no Jardim Paranaense, localizado no Bairro Alto Boqueirão, nesta cidade, tendo em vista a necessidade por que aspira aquela comunidade, dada a falta desse serviço, pois, nas proximidades da Praça Cabo Nacar, há dois estabelecimentos de ensino do Estado, ambos com inúmeros alunos que à noite experimentam todo o tipo de suspeitas de marginais e viciados, deixando a população um tanto sobressaltada com o que possa, vez por outra, ocorrer.

Salientamos ainda que o módulo policial mais próximo situa-se no Bairro Santa Inês, a uns três quilômetros mais ou menos, inviabilizando a procura em casos de urgência e sua instalação nessa praça, não só atenderia exclusivamente o bairro, como a Vila Osternack, Conjunto Residencial Jardim Paranaense, Vila Cabo Nacar, Jardim Castelo Branco e Planta Nossa Senhora do Pilar, além de outros que se fizerem necessários.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora Gilda Poli Rocha Loures, MD., Secretária de Estado da Educação, solicitando a criação do ensino de 2º Grau, na Escola Municipal Manoel Medina Martins, em Rancho Alegre, Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.



O Distrito de Rancho Alegre necessita da criação do ensino de Segundo Grau na referida escola, porque é grande o número de estudantes que precisam se deslocar cerca de 20 quilômetros até Goioerê, para dar continuidade aos seus estudos, após a conclusão do Primeiro Grau.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Sra. Professora Gilda Poli Rocha Loures, MD. Secretária de Estado da Educação, solicitando a implantação do ensino de quinta à oitava séries, na Escola Manoel da Nóbrega, Km. 128, do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Os alunos da referida escola não dispõem de transporte escolar para estudarem em Campo Mourão, após concluírem a quarta série. Em função da distância elevada com a escola mais próxima, os alunos necessitam da implantação do ensino de quinta à oitava séries, para dar continuidade aos estudos, na proximidade da área em que residem.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Gilberto Geraldo Garbi, MD. Diretor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Estado do Paraná - TELEPAR, tendo por escopo, autorizar a instalação de dois orelhões, sendo um no Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco, Ensino de Primeiro e Segundo graus, e outro no terminal Rodoviário Municipal, além de dois telefones tele-táxi, sendo um no ponto de táxi denominado "Ponto 01", visando colimar interesses comunitários do "jovem" município de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) EDILSON ALENCAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Os locais enfocados carecem de imprescindível necessidade, tendo em vista o enorme contingente populacional que usufrui dos serviços públicos, aliado às distâncias dos pontos detectados vis-a-vis, às prementes reivindicações, reclamadas à altura, que merecem um mínimo conforto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Ilustríssimo Sr. Diretor-Presidente da ACARPA, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, para a designação de um engenheiro agrônomo para a municipalidade de Boa Esperança.

Há poucos dias foi fechado, após funcionamento visto como precário, o escritório da ACARPA, naquela cidade. Mas, mesmo antes do fato ter ocorrido, já era possível, efetivamente, sentir junto ao setor rural o descontentamento diante de tal situação.

Seguramente, trata-se de uma questão que não se coaduna com os objetivos dessa instituição, especialmente ante uma região que, de modo inquestionável, tem dado expressiva parcela para a produção agrícola deste Estado, agora relegada, tendo em vista a falta de orientação e assistência técnica que passou a ter.

Assim sendo, que sejam tomadas as providências cabíveis, ou seja, a imediata contratação de um engenheiro-agrônomo para o Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER seja expedido ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado das Finanças, Geroldo Augusto Hauer, solicitando a revogação da Instrução n. 1028/86, que majorou a Taxa Judiciária.

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, expediu nota oficial, em 11 de setembro do fluente, de cópia inclusa, manifestando-se contrariamente à instrução n. 1028/86, através da qual a Secretaria de Estado das Finanças fixou novos valores para a Taxa Judiciária, a ser cobrada no segundo semestre de 1986.

Merece o citado órgão de classe, integral apoio do Poder Legislativo, uma vez que a majoração referida fere o Decreto-Lei n. 2284, que determinou o congelamento de preços e salários até 28 de fevereiro de 1987.

Inobstante o esforço que vem sendo despendido pelo Governo Federal, no sentido de recuperar a estabilidade econômica e social do País, o mesmo não encontra ressonância aqui no Paraná, a despeito da recente medida adotada pela Pasta das Finanças deste Estado.

Ao somar o nosso apoio ao da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, pretendemos sejam resguardados os direitos e interesses da sociedade paranaense, a quem



representamos e defendemos.

Solicitamos, portanto, a urgente revogação da aludida Instrução que, além de violar a legislação federal, dificulta ainda mais a distribuição da justiça aos cidadãos.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação dirigida a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no sentido de auxílio para a Escola Estadual Dom Bosco, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, localizada na municipalidade de Mariluz.

Trata-se de iniciativa há muito tempo pleiteada pelo conjunto de seus professores. Segundo os integrantes daquela Escola, é muito importante contar com um aparelho de televisão que servirá para ajudar, didaticamente, nas suas atividades, especialmente no que tange aos programas educativos.

Espera-se, portanto, que essa Pasta, dentro das condições orçamentárias, determine o atendimento ao que alude o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a extensão da duplicação da rodovia que interliga Ibiporã a Maringá, até a cidade de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes, já iniciou obras de duplicação da rodovia que interliga cidades do norte do Estado, iniciando em Ibiporã e terminando em Maringá. Nessa duplicação serão beneficiadas todas as cidades da Região Norte do Estado, principalmente Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva e Maringá.

Foi projetado também um novo traçado interligando Mandaguari a Arapongas, o que diminuirá sensivelmente a distância entre Maringá e Londrina, bem como o fluxo de veículos pelas alternativas viárias apre-

sentadas.

Mas, convém notar que o problema da malha rodoviária, congestionada desde há muitos anos, sempre foi intensa entre Ibiporã e Paranavaí. Por congestionamento de trânsito, inúmeros acidentes têm ocorrido também, entre Maringá e Paranavaí, o que já é motivo suficiente para essa duplicação.

Além da eliminação do problema do risco de vida nesse trecho rodoviário, há que se considerar que inúmeras cidades seriam beneficiadas com essa duplicação. Entre elas, Mandaguaçu, Ourizona, São Jorge do Ivaí, Presidente Castelo Branco, Floraí, Atalaia, Nova Esperança, Uniflor, Lobato, Cruzeiro do Sul, Paranacity, Inajá, Alto Paraná, São João do Caiuá, Tamboara, Paraíso do Norte e enfim, todas as cidades do Noroeste paranaense.

Pela duplicação entre Maringá e Paranavaí, a extensão de Ibiporã a Maringá, o escoamento das safras agrícolas da Região Noroeste seria facilitado em muito, e o intercâmbio comercial e cultural entre os municípios por ela atendidos seria incrementado e intensificado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a recuperação da estrada ligando Corumbataí do Sul a Paraíso do Sul, pertencentes à municipalidade de Barbosa Ferraz.

O estado que se encontra a referida estrada é simplesmente deplorável, conforme informações do Ilustríssimo Sr. Jair Cândido Almeida, antigo morador em Corumbataí, que destaca ainda existir muitos trechos intransitáveis em dias chuvosos, isolando a população.

Deste modo, é de vital importância o cascalhamento do referido trecho, mas, para tanto, torna-se imprescindível a participação dessa Pasta, dada as limitações financeiras da Administração Municipal.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, no intuito de auxiliar a ASSOCAM - Associação de Serviços e Obras

de Campo Mourão.

Surgida no bojo dos movimentos sociais, no sentido de representar várias categorias de trabalhadores, a ASSOCAM tem tido uma postura voltada para os reais propósitos de seus associados, notadamente no que respeita à busca de melhores condições de remuneração salarial e de trabalho.

Deste modo, conforme a solicitação de seu Presidente, Ilustríssimo Sr. Miguel Pereira dos Santos, o presente requerimento objetiva junto a essa Pasta, apoio para a aquisição de um veículo, assim como para melhor estruturar a parte administrativa da referida entidade que, aliás, tem uma atuação que aos poucos vai atingindo toda a região.

Pelas razões que se apresentam, aguarda-se um pronunciamento favorável sobre o assunto, visando melhores condições para o funcionamento e atuação da ASSOCAM.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 229/86

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica majorado em 83,12% o valor do soldo do pessoal da Polícia Militar do Estado.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) JORGE MAIA FILHO.

#### JUSTIFICATIVA:

Em todo território do Estado, cresce a onda de violência, perturbando a paz e a tranquilidade públicas. A autoridade está sendo impotente diante dos recursos e técnicas utilizados pelos marginais que empregam armas sofisticadas nos assaltos e invasões de propriedades.

Não há sistema de segurança particular que resista ao arsenal de armas e aos veículos dos bandos de salteadores, a exemplo do que ocorreu no recente assalto a uma indústria de jóias instalada nas proximidades de Curitiba, quando setenta pessoas foram dominadas pelos bandidos que levaram bens e valores estimados em Cz\$ 50.000.000,00, naquilo que a imprensa denominou de "assalto do século". Não há testemunho mais eloquente do que esse, para evidenciar a gravidade da situação que estamos vivendo no Paraná.

A Polícia Civil já não consegue enfrentar os bandos organizados que, empregando armas automáticas - como fuzis, submetralhadoras e metralhadoras - invadem fazendas e estabelecimentos agropecuários,

roubando caminhões, tratores e implementos agrícolas de grande porte, como colheitadeiras.

Não satisfeitos com isso, os assaltantes levam, também, enormes quantidades de mercadorias em carretas roubadas, como centenas de sacas de café, de soja, de feijão e outros grãos. Toneladas de adubos têm sido roubadas nos assaltos aos armazéns das propriedades agrícolas, especialmente das cooperativas. Nada escapa ao saque. Até animais de grande porte, como bois e cavalos, têm sido roubados. Carretas que transportam produtos agrícolas e mercadorias são tomadas de assalto e seus motoristas assassinados. As agências bancárias no interior do Estado têm sido outro alvo preferido. A audácia e a ousadia dos assaltantes não têm limites. Já chegaram, a roubar até um avião agrícola!

O crime organizado nas cidades fronteiriças com o Paraguai ultrapassou o contrabando de mercadorias e o transporte de veículos roubados, como automóveis, caminhões, camionetas e motocicletas. Agora, está vinculado ao narco-tráfico internacional.

Os bandidos superaram há muito a Polícia Civil, exigindo a ação da Polícia Militar para reprimir os fatos delituosos, face as suas características, a sua extensão, a sua gravidade, o número de assaltantes que integram os bandos, dos veículos e armamentos utilizados e da quantidade de assaltantes que estão atuando em todo território paranaense, levando o pânico e a intranquilidade à nossa população.

É notório que o efetivo da Polícia Militar é insuficiente para atender as necessidades do serviço que lhe é afeto. Na maioria dos distritos não há força pública à qual possam recorrer as autoridades para reprimir ou impedir os fatos delituosos.

Queixam-se os habitantes dos distritos rurais da intensidade com que são vítimas de roubos e assaltos. A falta absoluta de polícia rural explica, até certo ponto, a frequência desses delitos contra a propriedade e a pessoa humana, que estão perturbando ainda mais a existência já bem atormentada dos proprietários rurais.

Face a tudo isto que foi exposto, é imperativa a adoção de medidas que possibilitem o aumento efetivo das Polícias Militar e Civil.

Todavia, enquanto essa providência não é proposta à Assembléia Legislativa, pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, a quem cabe a iniciativa nesse sentido, devem ser tomadas providências que assegurem o funcionamento da Polícia Militar, que se encontra em grandes dificuldades de pessoal, isso em decorrência da baixíssima remuneração paga pelo Estado aos seus integrantes.

Basta mencionar que, dentre todas as Polícias Militares do País, o Governo do Paraná é o que mais paga mal o seu pessoal, sendo suplantado, apenas, pelo do Piauí. O governo do Paraná paga hoje, a um soldado de primeira classe a insignificância de Cz\$ 1.037,00 a título de soldo mensal! A um cabo, o Governo do Paraná paga o soldo de apenas Cz\$ 1.162,00. A um terceiro sargento, com cinco anos de serviço, o Governo do Paraná paga Cz\$ 1.411,00 cruzados. Um segundo sargento, com quinze anos de serviço, recebe Cz\$ 1.554,00. A um primeiro sargento, com vinte anos de serviço, recebe Cz\$ 1.799,00 mensais. E um subtenente, com quase trinta anos de serviço, ganha apenas Cz\$ 2.007,00, a título de soldo mensal.

Aí está o quadro dramático da baixíssima remuneração paga aos integrantes da Polícia Militar. É uma situação que não pode perdurar. É gravíssima a situação do pessoal da Polícia Militar, bastando mencionar que 20% do seu efetivo está pedindo baixa. São três mil pedidos de baixa que estão tramitando. Essa situação já vem se agravando desde janeiro deste ano, quando começaram a se avolumar os pedidos de baixa.

Como se constata, os soldos pagos pelo Governo do Paraná são aviltantes. Diante disso, como a população pode esperar que lhe dêem segurança com policiais-militares que não percebem nem o suficiente para sobreviver? É preciso ter presente que, à medida que o policial-militar for melhor preparado, treinado, equipado e remunerado, os cidadãos paranaenses contarão com segurança em suas casas, nas cidades e nos campos.

O presente projeto de lei tem por objetivo corrigir a dramática situação em que se encontram os integrantes da Polícia Militar do Estado, visto que a remuneração desse pessoal está vinculada ao soldo do posto de coronel.

PROJETO DE LEI N. 230/86  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Declara de utilidade pública estadual a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Ivaí - APMI", com sede e foro na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná, mantenedora da Escola Especializada "CARINHO FRATERNAL".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei n. 6994/78, esta-

mos apresentando o projeto de lei que declara de utilidade pública estadual, a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Ivaí", mantenedora da Escola Especializada Carinho Fraterno, da cidade de São João do Ivaí, fundada em primeiro de julho de 1985.

Iniciando suas atividades no começo do segundo semestre do ano de 1985, a APMI matriculou dezesseis crianças excepcionais, procurando dar a todas a assistência necessária, contando com o apoio da Prefeitura, da Igreja, da comunidade, de voluntários e, principalmente, dos profissionais especializados residentes na cidade, procurando desenvolver um trabalho voltado para o bem comum e, principalmente, na tentativa de solucionar, no local, o problema do excepcional carente.

Desta forma, esperamos contar com o apoio de todos os Senhores Deputados que têm assento nesta Casa de Leis, para que seja aprovado o presente projeto de lei que ora apresentamos. É a justificativa.

PROJETO DE LEI N. 231/86  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO APOLO", com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.86.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO APOLO", que pretendemos declarar de utilidade pública, é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos, conforme estabelece o seu estatuto.

Tem por objetivo lutar pelos interesses comunitários; desenvolver programas beneficentes, culturais, desportivos, recreativos e de natureza social de modo geral; assistência social aos necessitados; promover a auto-determinação do ser humano, através de sua participação na organização e melhoria da sociedade.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando sua aprovação para que mereça o reconhecimento público estadual.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Não havendo oradores inscritos nem no Pequeno e nem no Grande Expedientes, pas-

saremos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PMDB:

(Falará o Deputado Orlando Pessuti).

Com a palavra, o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com grande alegria e satisfação que, chegando hoje a Curitiba, pudemos ler nos jornais de que começa a haver um entendimento entre o Governo e os Professores.

E cabe aqui, neste momento, um registro importante de reconhecimento pelo trabalho e pela dedicação de dois colegas nossos, Parlamentares que, à frente da Comissão de Educação, vêm desempenhando a contento sua função, representando este Parlamento e, por que não dizer, sendo, realmente, os porta-vozes de toda esta Casa e de todos nós: o Deputado Adhail Sprenger Passos e o Deputado Odeni Mongruel, como representantes da Comissão de Educação estão, com sua experiência no setor educacional, com a sua vivência junto aos professores do nosso Estado, sendo, realmente, os verdadeiros intermediários, eu diria, desta conversação, desta negociação que nós julgamos muito importante e bastante oportuna.

Gostaria aqui, de deixar clara a nossa visão e o nosso posicionamento quanto a este quadro que está acontecendo. E, talvez não fosse necessário virmos aqui para dizer isso, porque já o fizemos em outras ocasiões.

Mas, na semana passada, quando debatíamos com cerca de quatrocentos jovens na cidade de Faxinal, nós emitíamos a nossa opinião de que as reivindicações dos professores do Estado do Paraná, na sua grande maioria, são reivindicações merecidas, e precisariam ser atendidas pelo nosso Governo.

E entendíamos, naquele momento, que o Governo deveria, realmente, abrir suas portas e conversar com os professores do Paraná.

E, hoje, quando nós, pela imprensa, tomamos conhecimento de que essas conversações já estão acontecendo, de que o diálogo se faz presente, que alguma coisa já está se acertando, nós que torcíamos por essa conversação, por essa abertura do nosso Governo em receber os professores, por essa abertura do Governo em atender às reivindicações dos professores do Paraná, ficamos realmente satisfeitos, contentes, e temos certeza de que os nossos colegas Parlamentares, Adhail Sprenger Passos e Odeni Mongruel, representantes da Comissão de Educação desta Assembléia, que estão participando dessas negociações, saberão levar a opinião de todos nós, Parlamentares, fazendo com que a paz, a tranqüilida-

de e a harmonia voltem a reinar; que professores e Governo continuem conversando, como já estão conversando e que o diálogo, o equilíbrio seja encontrado e todos nós possamos ver restabelecida a paz e a ordem, neste Estado.

Como já disse, as reivindicações, colocadas pelos professores em sua grande maioria, merecem da nossa parte, o apoio e a solidariedade, como também a necessidade de acordo entre Governo e professores; nós queríamos, e hoje estamos satisfeitos porque ela está acontecendo.

Concedo o aparte ao Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Prezados,

Deputado eu agradeço as palavras que Vossa Excelência está proferindo na tribuna desta Casa, nesta sessão plenária, e quero acrescentar que, de fato, ontem presidimos a primeira Reunião de Negociação. De um lado, a Comissão de Greve dos Srs. Professores, de outro lado a Comissão de Secretários de Estado.

Encontramos no debate, no diálogo, uma total receptividade de ambas as partes para encontrar uma solução ao impasse que estamos vivendo, nesta área da educação. Hoje, vamos presidir, eu e o Deputado Odeni Mongruel a Segunda Reunião de Negociação, e esperamos que, na data de hoje, possamos oferecer à sociedade paranaense, a solução do problema; se não ocorrer na data de hoje faremos ainda uma reunião amanhã, e tenho certeza de que encontraremos uma solução para o impasse, nesta oportunidade.

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero dizer que simplesmente na condição de Presidente da Comissão de Educação e tendo ao meu lado o companheiro Odeni Mongruel, estamos apenas cumprindo um dos múltiplos deveres do Parlamentar, que não é exclusivamente permanecer no plenário. Estamos trabalhando para colocar o Poder Legislativo no verdadeiro papel que ele deve desempenhar na condução do processo político brasileiro.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço o

aparte do Deputado Adhail Sprenger Passos e reafirmo que, existia dentro de nós uma preocupação pelos rumos que a coisa estava tomando, porque de um lado os professores dizendo que não terminariam a greve, como não terminariam sem conversar com o Governo e de outro lado, o Governo dizendo que não conversaria se não terminassem a greve. Isso nos causava, de certa forma, uma apreensão, uma preocupação porque, realmente não é esse o caminho que nós entendemos como o mais legítimo; entendemos como necessário, como legítimo o

direito à greve. Foi por isso que sempre brigamos em nossas andanças, não só como Deputado mas como médico veterinário na extensão rural; que produtores tinham que se organizar, como se organizaram os professores, como se organizaram os médicos, como se organizaram os metalúrgicos. E por esta razão não tínhamos o direito, agora, de condenar e contestar a greve dos professores; tínhamos, sim, que apoiá-la, sermos solidários a ela, lógico que não poderíamos apoiar radicalismos e intransigências que também ocorrem dentro da greve, mas, da mesma forma não poderíamos apoiar o fechamento do nosso Governo, para uma conversação com os professores.

E hoje, quando li nos jornais, já tinha conhecimento, ontem, por informações dos companheiros de que as conversações estavam acontecendo, da parte do Governo, com seus representantes.

Com a presença dos nossos companheiros parlamentares nós entendíamos que, naquele momento, as portas estavam abertas para o diálogo e para o encontro de um ponto de equilíbrio entre aquilo que pretendem os professores e aquilo que pode oferecer o Governo, também estava caminhando para acontecer.

Por isso, venho à tribuna, hoje, com grande satisfação.

O Sr. Odeni Mongruel - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço a Vossa Excelência e gostaria de apenas complementar a intervenção do Deputado Adhail Sprenger Passos dizendo que por isso é que Vossa Excelência observa agora no final o restabelecimento do diálogo entre o movimento de greve e o Governo, parece-me que dá cumprimento a uma medida que precisava ser colocada em prática por parte do Poder Legislativo Estadual.

Vossa Excelência inclusive, pode verificar pelas manifestações do porta-voz da APP, na imprensa no dia de hoje, a mudança do estado de espírito dos professores entre aquilo que se ouvia e lia na semana passada e entre o que se está tomando conhecimento no dia de hoje. Podemos salientar que houve uma voz considerável na reunião de ontem, e eu até especificaria algumas coisas aqui, a estabilidade para os professores CLTs em que estes reivindicam algumas coisas mais. O Governo do Estado entendeu em conceder dois anos adicionais como sustentação deste desejo de estabilidade. A contagem de tempo com relação ao segundo padrão e aulas extraordinárias cuja mensagem estará sendo encaminhada pelo Governo no dia de hoje, porque foi no dia de ontem entregue à Casa Civil, por parte da Secretaria da Educação, um projeto de lei neste sentido. Corrigindo o diferen-

ciado, a Comissão constituída pelo Secretário de Estado sob a forma experimental a partir de 1987 e, também tendo sentido de incentivo para os professores que se disponham a ministrar aulas em pequenos municípios e a própria redução do interstício de dois para um ano, no que concerne ao avanço diagonal, parece-me pontos extremamente importantes e que por isto só, seja qual for o resultado que se alcance no dia de hoje, demonstra, de um lado, a boa vontade do Governo e por outro, a disposição dos senhores professores em reverem a intensidade destas reivindicações que nós Deputados, a Comissão de Educação, o Deputado Adhail Sprenger Passos, este Deputado e os companheiros que integram a referida Comissão entendem as reivindicações no seu conjunto como justas. A nossa preocupação está no sentido de viabilizá-las.

É exatamente isto que estamos tentando fazer; pedindo que o andamento destas reuniões realmente levem a um desfecho favorável.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós que agradecemos o aparte do Deputado Odeni Mongruel e aqui da Assembléia Legislativa e, também lá do interior do Paraná, onde estamos mais freqüentemente, nestes últimos dias, ficamos aguardando, torcendo e também trabalhando para que este equilíbrio entre Governo e professores venha acontecer através destas conversações que estão acontecendo.

Espero que os Deputados Odeni Mongruel, Adhail Sprenger Passos e todos aqueles que vierem a participar destas conversações tenham a sabedoria e a inteligência de que são dotados para que isso possa chegar a um final feliz que todos queremos.

Senhor Presidente, antes de deixar esta tribuna, nós gostaríamos de neste dia 1.º de outubro render as nossas homenagens àqueles Parlamentares que, a exemplo de nós Deputados Estaduais e Federais, labutam no dia a dia, lá bem perto do nosso companheiro eleitor.

Hoje, 1.º de outubro, comemora-se neste País o "Dia Nacional do Vereador". Vereador que muitas vezes é incompreendido pela comunidade; vereador que muitas vezes sequer pode fazer alguma coisa dado às pressões que também sofre como nós Deputados Estaduais, dado às poucas prerrogativas que temos. Mas, é o Vereador, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem sombra de dúvidas o grande baluarte da democracia neste País; é o grande baluarte das lutas e das conquistas, em favor das nossas comunidades. Dia 1.º de outubro, "Dia Nacional do Vereador". Por este Paraná afora, quantas reuniões e quantas comemorações estarão acontecendo e, cabe a nós, Parlamen-

res Estaduais, a exemplo dos Vereadores, Parlamentares Municipais, render as nossas profundas e sinceras homenagens a esta gente, a estes políticos, a estes líderes que, no dia a dia, com contato direto, pessoal com as lideranças comunitárias e com o povo em geral, de cada um dos seus municípios, absorvem, sentem e observam as suas necessidades, as suas reivindicações, os seus desejos. E a nós, os vereadores as transmitem para que possamos nós, Deputados Estaduais, federais e governantes, traduzir esses anseios, em realidade para aquela gente.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui, como já disse, o nosso respeito, a nossa consideração para com os vereadores do Brasil e, em especial do Paraná, nesse dia 1º de outubro, o "Dia Nacional do Vereador".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Horário das Lideranças, consulto o Partido Democrático Social. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Partido Democrático Trabalhista. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Partido Trabalhista Brasileiro. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Partido Liberal. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Partido Comunista Brasileiro. (Declina).

Finalmente, havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 203/86, que dá nova redação aos incisos II, do Título "DOS DISTRIBUIDORES, da Tabela XVI" (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), constante do anexo da Lei n. 6.149, de 09 de setembro de 1970, conforme especifica. - Aprovado. (Publicado no D.A. n. 92, de 02 de setembro de 1986).

3. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 78/86, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dá nova redação ao inciso II, do artigo 166, da Lei n. 6174, de 16.11.70, conforme especifica. (Contribuições para montepio, ou pensão, desde que de instituições oficiais dotadas de personalidade jurídica de direito público. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 125/86, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA" - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Assaí, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 133/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE ESPÍRITA RENOVAÇÃO - SER., com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 157/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 114/85, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que institui, no âmbito do Poder Legislativo, o Grupo Interparlamentar de Amizade entre o Estado do Paraná (Brasil) e a Província de Matanzas (Cuba), na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 173/86, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que dá nova redação ao art. 11 da Lei Complementar n. 27, de 08.01.86, conforme especifica. (Transferência de área que sofreu alteração de seus territórios, de que trata o art. 9º, dependerá, sempre, de consulta às Câmaras dos Municípios). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 89/81, de autoria do Deputado LEONIDAS CHAVES, que cria o Município de Campo Bonito, com território desmembrado do Município de Guaraniaçu, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.,

por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 44/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE APOIO À CRIANÇA COM NEOPLASIA", com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 153/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública o "CLUBE ESPORTIVO DO DEFICIENTE", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 154/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que determina que o cargo de Diretor-Geral do DETRAN, seja privativo de Engenheiro Civil ou Arquiteto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 195/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DE PROMOÇÃO SOCIAL DO FISSURADO LÁBIO-PALATAL", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 95/86, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública a "Associação Promotora de Atividades Artísticas - CRIART", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. 40, de 08.05.86).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 95/86

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, visa declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS - CRIART" com sede e foro nesta Capital.

Analisando-se o processo através da documentação anexa, bem como, pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n. 6994/78, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional que

impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
GILBERTO CARVALHO - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 143/86, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI e ANTÔNIO ANNIBELLI, que dá nova redação ao artigo 3.º, da Lei n. 7231, de 24/10/79, alterado pelo artigo 1.º, da Lei n. 8172 de 11/11/85. (Autoriza o município de Rio Azul a doar à RADIPAR uma área equivalente a 880,40 m2 para construção de torre retransmissora de televisão e 900m2, à SANEPAR). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n.66, de 23/06/86).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.143/86

PARECER:

O presente projeto de lei tem como autores os Deputados Nilso Squarezzi e Antônio Annibelli e suas intenções são dar nova redação ao art.3º, da Lei n.7.231, de 24 de outubro de 1979, conforme especifica.

Conforme justificativa dos autores e comprovação através de cópias xerográficas do Projeto de Lei n.67/85, a referida Lei já sofreu alteração, quando se fez a doação de 900 m2 à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

A intenção dos nobres autores com a presente proposição é estender a autorização para se fazer doar 880,40 m2, à outra companhia de economia mista, ou seja, a Paraná Radiodifusão S/A. - RADIPAR, a fim de que ali seja construída uma torre de retransmissão de televisão.

Quanto à parte legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos nada que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis, razão pela qual nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se por sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
FUAD NACLI - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.146/86, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR" (COMEC), com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. 68, de 25/06/86).



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.146/86

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação dos Funcionários da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - PR". (COMEC), com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processo devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal a sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
AMÉLIA HRUSCHKA - Relatora.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 147/86, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública a "Associação Comunitária dos Moradores da Colônia Rio Grande" em São José dos Pinhais - PR, com sede em Colônia Rio Grande, e foro na Cidade de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. 68, de 25/06/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 147/86

PARECER:

O Projeto de Lei em pauta, de iniciativa do nobre Deputado Paulo Furiatti, pretende declarar de utilidade pública a "Associação Comunitária dos Moradores da Colônia Rio Grande", em São José dos Pinhais, Paraná, com sede em Colônia Rio Grande e foro na cidade de São José dos Pinhais.

A matéria enquadra-se no disposto na Lei n.6.994, de 10/01/78, não havendo qualquer impedimento constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite.

Neste sentido, manifestamos nosso Parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
GERNOTE KIRINUS - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 163/86, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de utilidade pública a "Associação de Recuperação do Alcoólatra de Santo Antônio da Platina", com sede e

foro no município de Santo Antônio da Platina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. 75, de 04/08/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.163/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a entidade "Associação de Recuperação do Alcoólatra de Santo Antônio da Platina", com sede e foro no município de Santo Antônio da Platina.

Da análise do projeto, pela justificativa apresentada e pela documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento pela entidade dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
HERMAS BRANDÃO - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) -  
Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado, Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Osvaldo Dall'Oglio, ocorrido no município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Puff, ocorrido no dia 22 de setembro do corrente ano, no município de General Carneiro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Galhardo, ocorrido no município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 223/86, oriundo da Mensagem Governamental n.128/86, que atribui vencimentos do símbolo DAS-3, aos cargos em Comissão de Diretor da Biblioteca Pública do Paraná, e de outros cargos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo a interferência junto à COPEL, para a complementação de linhas de energia elétrica no Jardim Para-

naense, no Bairro Alto Boqueirão, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, viabilizando a instalação de um módulo da Polícia Militar, no Jardim Paranaense, Bairro Alto Boqueirão, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a revogação da Instrução n. 1028/86, que majorou a taxa judiciária. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, viabilizando a concessão de um auxílio, para a Escola Estadual Dom Bosco - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Mariluz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, viabilizando a recuperação da estrada que liga Corumbataí do Sul a Paraíso do Sul, no município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a designação de um engenheiro-agrônomo, para o município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Assuntos Comunitários, encarecendo auxílio à ASSOCAM - Associação de Serviços de Obras do município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de dois aparelhos telefônicos e dois telefones tele-táxis a serem instalados no município de Jesuítas-Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando a retirada por cinco sessões, do Projeto de Lei n. 89/81, que cria o município de Campo Bonito.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação do ensino de 5.ª a 8.ª séries, na Escola Manoel da Nóbrega, km.128, do município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a criação do ensino de 2.º grau na Escola Municipal Manoel Medina Martins, em Rancho Alegre, no município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia Nacional da Secretária", ocorrido no dia 30 de setembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao PROVOPAR, pela promoção da campanha de "Combate à Violência Contra a Criança". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, visando a extensão de duplicação da rodovia que interliga Ibiaporã a Maringá, até o município de Paranavaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de aplauso pela passagem do "Dia do Vereador", ocorrido no dia 01 de outubro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 02, às 10:00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.173/86 e dos Projetos de Lei n. 44/86, 153/86, 154/86 e 195/86.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 95/86, 100/86, 143/86, 146/86, 147/86 e 163/86.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.160/86 e dos Projetos de Resolução n.181/84, 62/86, 63/86 e 64/86.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária

para logo após, com a seguinte

50/85, 291/85, 66/86, 67/86, 70/86,  
77/86, 85/86, 106/86 e 131/86.

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: dos Projetos de Lei n.

Levanta-se a sessão.